

Alívio fiscal na mão do Congresso

De reajuste de servidor a política para o diesel

MANOEL VENTURA
E GERALDA DOCA

BRASÍLIA- Passado o segundo turno das eleições, o Congresso terá pela frente votações importantes para o governo na economia, que precisam ser resolvidas até o fim do ano. Na fila, estão oito medidas provisórias com impacto em ações federais e no Orçamento de 2019. Entre os temas, está o adiamento do reajuste do funcionalismo de 2019 para 2020.

O governo estima que a medida deve gerar economia de R\$ 4,7 bilhões aos cofres públicos. A MP que manteve o subsídio federal ao óleo diesel até dezembro também está entre as propostas que precisam ser analisadas, embora o governo já estude até acabar com a subvenção ao combustível antes do fim do ano diante da queda do dólar e do petróleo.

O reajuste dos servidores, contudo, é a votação mais polêmica. Na mensagem enviada ao Congresso, o governo informa que a medida alcança 209 mil servidores civis ativos, além de 163 mil inativos, "representando uma contribuição expressiva para a readequação dos gastos públicos"..

O Executivo argumenta que a restrição será importante para o equilíbrio das contas públicas. Segundo o governo, os ajustes acordados com os servidores — ainda em 2015 e sob o governo de Dilma Rousseff — levavam em conta uma inflação sempre acima de 5% ao ano, "sendo que, atualmente, este índice acumula alta de 4,39% nos últimos 12 meses até junho de 2018".

A MP dos servidores perde validade no início de fevereiro. Porém, é necessário aprovar a proposta este ano para que tenha validade. Até agora, nem a comissão especial destinada a analisar a medida foi criada. A MP recebeu 123 emendas.

FIM DO SUBSÍDIO AO DIESEL

A medida que renovou até 31 de dezembro o subsídio de R\$ 0,30 ao diesel —concedido para acabar com a greve dos caminhoneiros — perde validade em 28 de novembro. A comissão para analisar a medida sequer foi instalada.

A subvenção do diesel está sendo analisada pelos Ministérios de Minas e Energia e Fazenda, além da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Segundo uma fonte, uma solução pode ser apresentada já na próxima semana para encerrar o

subsídio antes do prazo previsto. A leitura é que não há risco de nova paralisação dos caminhoneiros porque "todos sairão ganhando"

Mais adiantada, a criação do novo regime de incentivos para a indústria automobilística, o Rota 2030, precisa ser analisada por Câmara e Senado até 16 de novembro para não perder a validade. A MP original concede R\$ 2,1 bilhões de renúncia fiscal para o setor automotivo em 2019.

O texto aprovado em comissão especial esta semana, no entanto, incluiu uma série emendas que não têm relação com o projeto original e com impacto nas contas públicas. O governo avisou que tentará reverter essas alterações na votação no plenário.

Está parada a MP que definiu novas regras para saneamento básico, que perde validade no próximo dia 19. Ela foi editada para aumentar a atratividade do setor à iniciativa privada, que responde por 15% dos investimentos na área, e pode ajudar a destravar obras.

Para Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos, há pautas importantes sobre as quais o próximo presidente precisa se debruçar em 2018:





— Ainda que do ponto de vista de prioridade a Previdência seja a principal, há outras pautas que o presidente terá que cuidar, como a definição das regras de reajuste do salário mínimo e o que será feito como preço do diesel. A lista de MPs tem ainda o texto que libera cerca de R\$ 4 bilhões em linhas de crédito para as Santas Casas de todo o país com recursos do FGTS.

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, avalia que há uma série de projetos importantes para serem votados: — Está faltando a aprovação do cadastro positivo, da relação entre Tesouro e Banco Central, da nova lei das agências reguladoras. Não saberia dizer se há espaço para que essas matérias sejam aprovadas.

Contas públicas têm déficit de R\$ 23 bi em setembro

Gastos para custear o subsídio do diesel pesaram no resultado do mês. No ano, saldo está negativo em R\$ 81,6 bilhões

As contas do governo fecharam setembro com um rombo de R\$ 23 bilhões. O resultado é melhor que o registrado nos dois últimos anos no mesmo período. No entanto, 2018 teve o quarto pior setembro para as contas públicas desde 1997, início da série histórica.

No ano, entre janeiro e setembro, o saldo negativo é de R\$ 81,6 bilhões.

Apesar de alto, o número é 28% menor que o registrado no mesmo período em 2017, quando o rombo era de R\$ 114 bilhões. A meta do governo é fechar o ano com um déficit de até R\$ 159 bilhões.

Os gastos do governo para custear o subsídio de R\$ 0,30 no litro do óleo diesel pesaram no mês passado. Isso resultou numa alta de 1,7% nas despesas federais em

setembro, que somaram R\$ 112,5 157 bilhões. bilhões.

A arrecadação, por outro lado, também subiu. A receita líquida (já descontadas as transferências para estados e municípios) aumentou 3,1% em setembro, influenciada pela arrecadação com o último leilão do pré-sal e com o recebimento maior de royalties (contribuição paga pelas empresas para explorar petróleo). Segundo o Tesouro Nacional, a arrecadação somou R\$ 89,7 bilhões.

FOLGA VAI PARA PREVIDÊNCIA

Com isso, o Tesouro Nacional e o Banco Central fecharam setembro com um superávit (ou seja, arrecadação maior que despesa) de R\$ 8,4 bilhões. No ano, essas contas estão no azul em R\$ 75 bilhões. Toda a "folga" nas contas, por outro lado, é consumida pelas despesas da Previdência, que registrou rombo de R\$ 31,4 bilhões em setembro. No ano, o déficit está acumulado em R\$

— Não há chance de ter ajuste fiscal sem reforma da Previdência — alertou o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida.

Ele ressaltou ainda que zerar o rombo das contas públicas em 2019 — como propõe o programa de governo do candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro, favorito nas pesquisas de intenção de voto — só seria possível com um volume muito elevado de receitas extraordinárias. Isso, no entanto, não resolveria o problema fiscal do país, pois seria uma solução pontual para um problema estrutural.

— Uma família que tem uma despesa de cem e uma receita de 50 pode vender um automóvel e, naquele ano, não ter déficit, mas depois a despesa volta — comentou Mansueto.

(Manoel Ventura)

CONJUNTURA »

Década perdida para a renda do brasileiro

PIB per capita, indicador obtido pela divisão das riquezas do país pelo número de habitantes, só voltará ao nível em que se encontrava antes da recessão por volta de 2027 ou 2028, segundo especialistas, se forem feitas reformas

» ROSANA HESSEL

A economia brasileira está se recuperando da recessão de 2015 e 2016 em ritmo mais lento do que o esperado. Com isso, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que é o resultado da divisão de todas as riquezas do país pela população brasileira, de 209 milhões atualmente, deve levar mais tempo para voltar ao patamar pré-crise. Pelas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o pico registrado em 2011, de US\$ 13,2 mil, não será recuperado, pelo menos, até 2023, último ano das estimativas do organismo multilateral. Ao que tudo indica, a retomada da renda média dos brasileiros deve levar mais de uma década, mesmo se o próximo governo fizer as reformas econômicas de que o país precisa. Caso isso não ocorra, a tendência será pior, dizem especialistas.

Durante a crise, o PIB per capita caiu mais do que a produção bruta da economia. Enquanto o PIB nominal encolheu, em termos reais,

3,5% em 2015 e igual percentual em 2016, a evolução da renda média dos brasileiros foi negativa por três anos seguidos, recuando 0,4%, 4,3% e 4,2% em 2014, 2015 e 2016, respectivamente, acumulando uma perda de quase 10% no período. “Foi a maior queda já registrada no país, com a recessão muito profunda e longa. Estamos falando de mais de uma década perdida”, explica Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Produtividade

Segundo o economista, mesmo em cenário otimista, com reformas estruturais e fiscais que permitam a volta do crescimento sustentável, o PIB per capita voltaria ao patamar pré-crise apenas depois de 2023. “Para que conseguíssemos chegar antes ao nível de 2013, além das reformas macrofiscais, teríamos de implantar medidas que estimulassem a produtividade. Para isso, é preciso uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social”, afirma. E também disciplina fiscal. “Sem o teto de gastos públicos, a confiança e o investimento não voltam, pois a dívida pública está crescendo em ritmo muito forte, o que não permite manter os juros em patamar razoável”, observa.

Analistas afirmam que, sem arrumar as contas públicas, que

caminham para terminar 2018 em déficit pelo quinto ano consecutivo, o país ficará preso na armadilha da renda média-baixa. Neste ano, o PIB per capita brasileiro, medido em dólares, deve ficar em US\$ 9,1 mil, valor inferior ao do Chile, de US\$ 16,1 mil, conforme dados do FMI. A China passou o Brasil nesse indicador desde 2014, e países vizinhos emergentes, como Colômbia e México, estão no mesmo caminho. O PIB per capita chinês para este ano é estimado pelo FMI em US\$ 9,6 mil, mesmo valor do mexicano. O da Colômbia, de US\$ 6,7 mil, vem crescendo em ritmo mais acelerado que o do Brasil. Até Botsuana, país africano de 2,2 milhões de habitantes, ameaça alcançar renda per capita superior à brasileira.

“Com a recessão, demos vários passos para trás, e o país ficou muito mais distante de conseguir chegar ao patamar dos países desenvolvidos”, lamenta Juliana Inhasz, professora de economia do Insper. “O país tem perdido competitividade. Se o próximo governo fizer tudo certo e não cometer nenhuma loucura e fizer o ajuste fiscal, o patamar de 2011 pode ser recuperado entre 2026 e 2028”, acredita. Pelas contas da economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, a retomada do valor que o PIB per capita tinha em 2013 só ocorrerá a partir de 2027, se o próximo governo fizer as reformas e mantiver o teto de gastos públicos.





Potencial

De maneira geral, os analistas admitem que é possível encurtar o prazo de recuperação mediante reformas e medidas bem-sucedidas para melhorar a produtividade da economia. Segundo Cláudio Considera, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), a economia tem potencial para crescer acima de 3%, mas, como a bagunça econômica foi muito grande nos últimos anos, o PIB potencial encolheu para menos de 2%. “Se a economia voltar a ter paz, sem assalto aos cofres públicos, o Brasil voltará a crescer. Assim, Botsuana não vai nos pegar”, completa.

Na opinião de Alessandra, da Tendências, outra medida que deveria ser tomada logo no início do mandato do próximo presidente é a mudança da regra de reajuste do salário mínimo. “Com uma revisão é possível incorporar uma taxa de crescimento menor do que a do PIB nominal. Talvez a do PIB per capita”, aposta. Há uma década, a correção

do piso salarial utiliza uma fórmula que soma a variação do PIB de dois anos antes com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior. Essa regra expira em 2019, portanto, o novo presidente poderá prorrogá-la ou modificá-la.

EUA aceleram crescimento

A economia dos Estados Unidos cresceu a uma taxa anualizada de 3,5% no terceiro trimestre, puxada pelos gastos dos consumidores, segundo o Departamento do Comércio norte-americano. O bom desempenho da maior economia do mundo tem reflexos positivos no Brasil, mas, por si só, isso não terá grande consequência, se o mercado doméstico não caminhar com as próprias pernas. Para César Bergo, sócio consultor da Corretora OpenInvest, o crescimento dos EUA vai beneficiar as exportações brasileiras a médio e longo prazos. “Os EUA importam produtos de maior valor agregado, com reflexos na cadeia produtiva, no Brasil e no mundo inteiro”, ressaltou Bergo.

CONJUNTURA »

Contas: meta se cumprirá

» ROSANA HESSEL

Graças ao aumento da arrecadação com receitas extraordinárias e ao fato de alguns ministérios não estarem gastando todos os recursos empenhados pelo Tesouro Nacional, o chamado “empçoamento”, o rombo das contas públicas ficará abaixo da meta fiscal neste ano. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 permite deficit primário para o governo central (que inclui Tesouro, Banco Central e Previdência Social) de até R\$ 159 bilhões. A previsão do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, é de que o resultado fique entre R\$ 140 bilhões e R\$ 150 bilhões, “dependendo do empçoamento”.

De acordo com Mansueto, até setembro, o valor não desembolsado pelos órgãos públicos somou R\$ 12,2 bilhões e valor semelhante está reservado no Ministério do Planejamento para

obras que precisam de projeto de lei aprovado pelo Congresso para liberação. “O volume de empçoamento vai aumentar e, pelas minhas contas, deve chegar a R\$ 24 bilhões até o fim do ano. Isso vai melhorar o resultado primário”, afirmou Mansueto.

Receitas extraordinárias, segundo ele, têm ajudado a melhorar a arrecadação. De janeiro a setembro, foram registrados R\$ 14,8 bilhões em royalties e R\$ 8 bilhões com concessões, o que contribuiu para o superavit primário do Tesouro e do BC de R\$ 75,3 bilhões acumulado até setembro — o dobro do registrado no mesmo período do ano passado, em valores corrigidos pela inflação, de R\$ 33,7 bilhões. Esse foi o melhor resultado combinado desde 2013.

O deficit de R\$ 156,7 bilhões da Previdência, entretanto, consumiu o saldo positivo e fez as contas fecharem no vermelho em R\$ 82 bilhões, 28,6% inferior ao registrado no ano passado. Mansueto, contudo, lembrou que o país vai registrar o

quinto resultado negativo consecutivo. “Não há o que comemorar”, frisou ele, acrescentando que as despesas devem crescer mais no fim do ano e a receita desacelerar.

Bruno Lavieri, especialista em contas públicas da 4E Consultoria, avaliou que a nova estimativa de deficit de Mansueto está superestimada. “A arrecadação tem vindo melhor por conta de muitas receitas atípicas, como o Refis. A nova projeção do Tesouro está pessimista, apesar de esperarmos uma piora entre outubro e dezembro. Há muita distorção nos dados acumulados, e o governo vem fazendo um bom trabalho em conter despesas com a ajuda do teto dos gastos”, afirmou. Para ele, o rombo do governo central ficará entre R\$ 130 bilhões e R\$ 134 bilhões neste ano. Ele descarta haver problemas para cumprir a meta este ano, mas acredita que, em 2019, o próximo governo vai ter dificuldades para cobrir as despesas, já que as receitas extraordinárias que inflaram a base neste ano não devem se repetir.

CONJUNTURA »

Dívida pública recua R\$ 6 bi

» HAMILTON FERRARI

A dívida pública federal caiu 0,16% entre agosto e setembro, saindo de R\$ 3,785 trilhões para R\$ 3,779 trilhões, segundo dados do Tesouro Nacional. A redução ocorreu porque mais de R\$ 84 bilhões em títulos públicos foram resgatados por investidores. Pelo segundo mês consecutivo, estrangeiros retiraram recursos do país, o que pode estar associada à insegurança maior do Brasil em relação aos outros países. A equipe econômica, entretanto, diz que o quadro de incertezas já foi pior e a desconfiança está se dissipando.

As aplicações somaram R\$ 57,64 bilhões em setembro. Quando subtraídos os resgates, houve uma saída líquida de R\$ 26,73 bilhões no mês. O Tesouro ainda gastou R\$ 20,55 bilhões com os juros e, por isso, o endividamento público só caiu R\$ 6 bilhões em setembro. Pelas metas estabelecidas no Plano Anual de Financiamento (PAF), a dívida deve ficar entre R\$ 3,78 trilhões e R\$ 3,98 trilhões até o fim de 2018.

A dívida interna — aquela em que os pagamentos são realizados em real — teve leve queda de 0,07% no mês, atingindo R\$ 3,628 trilhões.

A externa caiu 2,34%, para R\$ 151,12 bilhões. Os brasileiros investidores da classe média são os maiores detentores do total do estoque de pendências. O volume de fundos de investimento e de previdência somam, juntos, R\$ 1,868 trilhões, o que corresponde a quase 52% do total.

Os investidores não-residentes no país atingiram R\$ 423,53 bilhões, o que representa 11,67% do total. Os estrangeiros diminuíram a posição na dívida pública brasileira, retirando R\$ 9,2 bilhões. Em agosto, havia ocorrido um saque histórico de R\$ 20 bilhões. Segundo o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Luis Felipe Vital, apesar do resgate de quase R\$ 30 bilhões nos últimos meses, a saída de setembro mostra uma evolução favorável, pois foi menor que o registrado em agosto. “Com a melhora das condições de mercado, locais e externas, esse fluxo deve se reverter”, apontou.

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, independentemente do presidente que seja eleito, é muito importante o governo continuar com o ajuste fiscal. Se ele não ocorrer, vamos ter dois efeitos negativos, o déficit aumenta e isso vai acelerar o crescimento da dívida”, alertou.